

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº       , DE 2009**  
**Do Sr. Fábio Souto**

Solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde a respeito dos repasses de recursos federais feitos ao Estado da Bahia, no exercício financeiro de 2009.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50º, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e §2º, 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Saúde a respeito dos repasses de recursos federais feitos ao Estado da Bahia, no exercício financeiro de 2009.

**JUSTIFICAÇÃO**

O direito à saúde, apesar de intimamente vinculado à vida e à dignidade humana, tem sido alvo frequente de desrespeito. O Estado tem o dever, inscrito na Constituição da República, de prestar garantias que assegurem a inviolabilidade desse direito. Porém, nem sempre isso ocorre. As omissões por parte dos gestores públicos na área de saúde comprometem referido direito. A ausência de ações sociais e econômicas direcionadas à redução do risco de doenças e outros agravos, bem como ações para a promoção, proteção e recuperação da saúde, traz prejuízos à sociedade, em especial àqueles que dependem do sistema público de saúde.

O Estado da Bahia, assim como outras unidades da Federação, apresenta diversos indicadores de saúde com índices preocupantes, que demonstram a precariedade do seu sistema de saúde. A principal queixa da população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS, no referido Estado, é o sucateamento da rede pública, o que impede um nível mínimo de serviços de atenção ao paciente e inviabiliza o respeito adequado ao direito individual à saúde. Os gestores estatais responsáveis por essa importante área social mostram um discurso afinado que atribui as mazelas sanitárias à falta de recursos financeiros para a saúde. Sabemos que os recursos são poucos, mas sabemos também que eles existem e são mal empregados. Muitos defendem que os principais problemas do SUS se devem às deficiências na gestão administrativa do setor, em vez de falta de dinheiro.

Assim, entendo ser relevante conhecer o montante dos valores repassados pela União ao Estado da Bahia. De posse desse conhecimento, fica mais fácil avaliar, ou pelo menos excluir determinadas causas para os problemas enfrentados pelos usuários do SUS naquele Estado. A União atua como co-financiadora da saúde. Estados e Municípios também precisam realizar aporte de recursos, de seu próprio orçamento, para fazer frente às despesas realizadas. Pelo conhecimento do valor gasto pela União na função saúde, repassado para a Bahia, pode-se estimar o quantitativo aplicado pelo Tesouro Estadual e o valor total dispendido para as ações e serviços de saúde.

A partir dessas informações, a avaliação sobre a gestão governamental naquele Estado fica mais fácil. Existirão critérios objetivos para julgamento da ação pública, os quais poderão revelar que o discurso que atribui os problemas do SUS à falta de dinheiro é, na verdade, insubsistente. Estas são as razões para o presente requerimento.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2009.

Deputado FÁBIO SOUTO